

EUA só reduzem dívida se Brasil acertar com o FMI

JORNAL DE BRASÍLIA
14 MAR 1989 *Paulo Francis*
de Nova Iorque

O Brasil não poderá se candidatar ao que foi proposto por Nicholas Brady, ministro da Fazenda, um esboço de redução do principal de sua dívida externa, enquanto o governo Sarney continuar sem política definida junto aos banqueiros particulares e Fundo Monetário Internacional. Os países a serem beneficiados primeiro serão o México e Venezuela, ambos já acordados com o FMI. As extraordinárias confusões do governo Sarney com o banco Mundial, tentando extrair um empréstimo que seria usado clandestinamente em Angra 3, a falta de pagamento pontual

dos juros devidos em março aos banqueiros particulares e, principalmente, a falta de uma política fiscal e monetária que seja aceita pelo FMI, tornam o Brasil inaceitável para qualquer alívio em nível de instituições multilaterais e de banqueiros populares.

Esta foi a substância de uma conversa com jornalistas do Sr. David Mulford, vice-ministro da Fazenda do governo Reagan, que ficou como técnico, no governo Bush, e que foi o negociador do acordo entre banqueiros particulares e a desplorável equipe financeira do governo Sarney.

Numa recente reunião em Nova Iorque foi anunciado o "dinhei-

ro novo", em verdade, dinheiro capitalizado ao principal da dívida brasileira, como parte de um esquema de capitalização de US\$ 5,2 bilhões. Mas o Brasil se comprometeu a pagar juros do mês de março, ainda pendentes. É óbvio que se o governo Sarney se agarrar ao que foi proposto pelo ministro da Fazenda, Nicholas Brady, o já referido esquema de redução da dívida, em breve se dirá desobrigado a pagar mais juros aos banqueiros. Isto seria para um futuro em que o Brasil tivesse sua situação regularizada com FMI e banqueiros particulares. Daí a intervenção do sr. David Mulford, ontem, para evitar "equívocos". O plano é para todos os devedores que queiram entrar nos eixos.